

O FAÍSCA

PCP

Célula dos Trabalhadores da Autoeuropa

Boletim Informativo

Novembro 2007

AUTOEUROPA: Precariedade não contribui para qualidade

Saíram recentemente na comunicação social notícias que, inevitavelmente, nos deixam algumas apreensões. No seguimento da Conferência Europeia da Indústria Automóvel que decorreu em Palmela, J. Reimers terá afirmado que «os fornecedores portugueses têm que ser mais competitivos e concorrenciais», tendo em conta a questão principal si apontada: A qualidade da produção. Mais adiante frisa que «temos que ter recursos humanos flexíveis(...) e turnos mais eficientes».

No meio da alusão feita aos problemas de qualidade que os fornecedores da Autoeuropa têm tido em relação aos produtos que entregam e a um desejo de mais flexibilidade laboral, encontramos uma contradição que há muito temos vindo a denunciar: É impossível conseguir qualidade de produtos ou serviços quando aumenta o número de trabalhadores dessas mesmas empresas com contratos temporários que sofrem na pele as condições de insegurança, a falta de perspectiva de futuro ao seu serviço e as ameaças de despedimento, perda de direitos e redução de salários através de manobras por vezes pouco claras decididas ao nível das direcções desses mesmos fornecedores e ao qual não podemos descartar responsabilidades à Autoeuropa.

O que se está a passar é revelador de que existe uma íntima ligação entre a Autoeuropa e todas as empresas fornecedoras do parque industrial.

Os trabalhadores conhecem perfeitamente a importância da qualidade do trabalho, sempre a conheceram e pugnam pela sua melhoria.

Na Autoeuropa também existe precariedade e a interrogação que se levanta é a de saber por quanto tempo mais se prolongarão os contratos a termo e temporários já existentes nos postos de trabalho permanentes.

Tal como os comunistas já referiram, importa continuar a luta contra a precariedade e exigir da administração a integração destes trabalhadores nos quadros da Autoeuropa.

As declarações prestadas pelo director-geral da empresa não nos deixam nada tranquilos. Seria bom que clarificasse, perante os trabalhadores, o que pretende porque estas alusões camufladas contribuem para a insegurança e incerteza no futuro, quanto aos direitos e garantias dos trabalhadores.



CONFERÊNCIA
NACIONAL
PCP
SOBRE QUESTÕES ECONÓMICAS
E SOCIAIS
4 - 25 DE NOVEMBRO DE 1984

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP

SOBRE QUESTÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

A 24 e 25 de Novembro realiza-se no Seixal, a Conferência Nacional do PCP sobre Questões Económicas e Sociais dedicada ao tema “Outro Rumo, Nova Política ao Serviço do Povo e do País”.

A Conferência constitui uma inequívoca afirmação de confiança, num País de Progresso, com mais justiça social, soberano e independente.

Pela sua realização, a Conferência reafirma a convicção dos comunistas portugueses de que é possível a construção de um Portugal com futuro.

Portugal não está condenado à estagnação económica e ao definhamento do seu aparelho produtivo, a um modelo de desenvolvimento assente em baixos salários e na fraca incorporação científica e tecnológica no processo produtivo.

Não estamos condenados a uma política que viola frontalmente direitos elementares, que protege e fomenta crescentes injustiças, e favorece a aumento dos lucros e da riqueza nas mãos dos principais grupos económicos e financeiros.

A Conferência do PCP proclama a ruptura com estas políticas e apresenta um caminho e um rumo alternativo para a política nacional. Está nas mãos dos trabalhadores e do povo contribuir para a sua construção, pela sua participação, a sua luta e o seu apoio ao PCP.

O PCP afirma-se como uma força de proposta e de projecto portador de uma política alternativa indispensável à construção de um Portugal com Futuro.

AOS TRABALHADORES DO SECTOR AUTOMÓVEL

O PCP realizou no passado dia 10 de Novembro um debate sobre o Sector Automóvel, (Construção, Montagem, Componentes). Inserido na preparação da Conferência Nacional do Partido sobre questões económicas e sociais.

O sector vive profundas mudanças tendo como forças directoras, a concentração da produção; a internacionalização do processo produtivo, a disputa dos mercados nos países em desenvolvimento, a inovação, as preocupações dos cidadãos com a segurança e com o ambiente.

O sector tem uma importância crescente na economia nacional e representa já cerca de 1/5 das exportações nacionais. Tem um peso de 7% no PNB e 4,1% no total da Industria Transformadora.

São abrangidas cerca de 500 empresas que estão localizadas em torno de quatro pólos: Porto, Braga, Aveiro e Península de Setúbal sendo as empresas construtoras apenas quatro, Autoeuropa, Citröen, Mitsubishi e salvador Caetano.

O Sector automóvel está muito dependente das estratégias das empresas multinacionais, que têm uma forte presença e atitudes de pura chantagem. O Estado mostra-se impotente para fazer sequer respeitar os compromissos assumidos, em contrapartida de elevados incentivos financeiros e outros.

O PCP apresentou na Assembleia da República um Projecto-lei que adoptava um conjunto de medidas que colocavam regras e condicionavam as deslocalizações mas, foi rejeitado pelos deputados do PS, do PSD e do CDS.

Os direitos e condições sociais no Sector tem vindo a degradar-se. Não cumpridas as leis laborais e da contratação colectiva, o direito à actividade sindical é posto em causa e em várias empresas o patronato mantém uma permanente ofensiva contra os direitos dos trabalhadores do sector, piorando as suas condições de trabalho, o que está a provocar em muitas empresas um elevado número de doenças profissionais.



Um dos traços mais graves que marca actualmente o Sector é a extrema precariedade da contratação laboral, com consequências muito negativas na produção e na instabilidade dos trabalhadores.

Para contrariar esta negativa situação, o PCP apresentou na Assembleia da República um Projecto-lei para alterar o regime jurídico do contrato de trabalho a termo. Infelizmente para os trabalhadores, os deputados do PS, do PSD e do CDS votaram contra e rejeitaram esta proposta.

Lutar no presente para defender o futuro

Os participantes nesta iniciativa do PCP apontaram como muito importantes para o futuro do sector e dos interesses dos trabalhadores, os seguintes fundamentais;

Exigir ao Estado Português que legisle no sentido de impedir as deslocalizações.

Reivindicar que, a cada função permanente, corresponda um posto de trabalho efectivo.

Continuar a lutar contra os despedimentos sem justa causa. Contra a desregulamentação dos horários de trabalho e a sua fixação arbitrária. Contra a redução do salário e pelo reforço da contratação colectiva.

Dando sequência à grandiosa manifestação da CGTP de 18 de Outubro, os trabalhadores do sector automóvel devem continuar a lutar nomeadamente nos seus locais de trabalho, em defesa dos seus direitos e interesses e por uma nova política ao serviço do povo, dos trabalhadores e do país.

Nesse sentido os trabalhadores devem apoiar e reforçar as suas organizações de classe, como forma de reforçar a sua própria luta.



Pela nossa parte e fiéis aos nossos princípios, continuaremos ao lado dos trabalhadores na sua luta contra a exploração capitalista e por uma nova sociedade onde aqueles que com a sua força de trabalho produzem a riqueza do país, vejam a sua distribuição ser feita, de forma mais justa.

E porque a vida e a luta dos povos, mostra que vale a pena lutar, apelamos a todos os trabalhadores do sector automóvel que participem nas grandes lutas que estão aí pela frente contra a política de direita do governo PS e a tentativa de por em causa direitos conquistados ao longo de gerações.

Consulta o FAÍSCA na Net
Basta clicar em www.ofaisca.org